

CONVÊNIO DA PM / Agnelo Queiroz diz que o cancelamento temporário do plano de saúde da Polícia Militar do DF foi "sabotagem" do Departamento de Saúde da corporação. Responsável pelo setor será exonerado hoje e ato passará por investigação

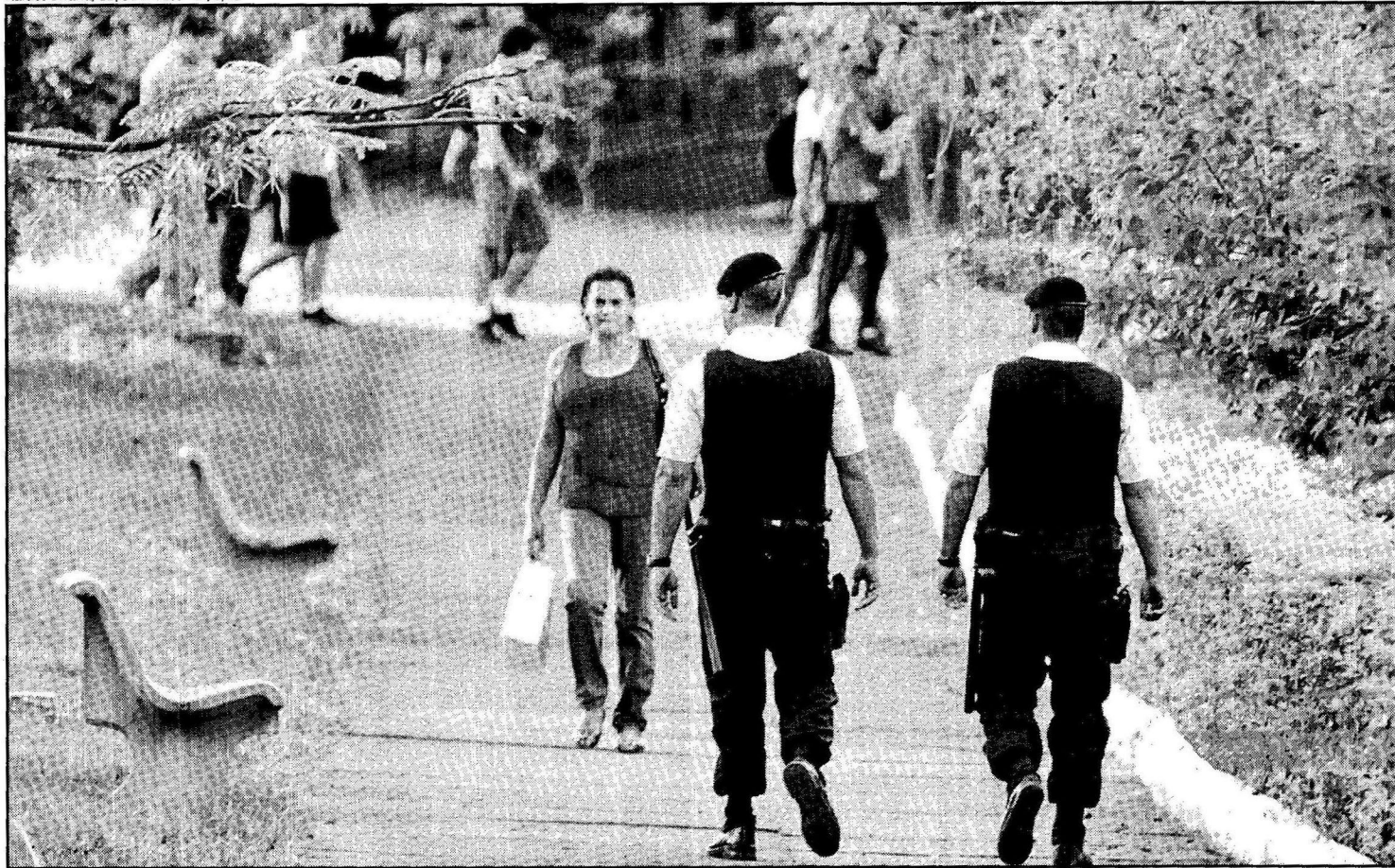
Suspensão derruba coronel

» AMANDA MAIA

A suspensão temporária dos atendimentos pelo plano de saúde da Polícia Militar do DF (PMDF), na última segunda-feira, foi considerada, pelo governador Agnelo Queiroz (PT) um atentado "gravíssimo" contra os policiais militares. O chefe do Executivo garante que a justificativa do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal da corporação para cancelar o serviço até 31 de dezembro deste ano — a falta de recursos orçamentários — não é válida. "Sempre estive e continua ativo (o convênio). A suspensão foi um ato intempestivo e até irresponsável porque tem o recurso. São R\$ 40 milhões no Fundo Constitucional e R\$ 32 milhões no Fundo de Saúde, portanto não é por falta de dinheiro", disse ontem, durante evento no Hemocentro.

Indignado com a situação, Agnelo passou a tarde reunido com o comandante-geral da Polícia Militar, Jooziel de Melo Freire, para avaliar a crise. Reclamou de que a categoria, que vai às ruas em situação de risco, não pode ser exposta sem um plano de saúde. A primeira consequência será a exoneração, que sairá publicada hoje no *Diário Oficial do DF*, do diretor do Departamento de Saúde da PM, coronel Sérgio Luiz de Souza Cordeiro. Outros oficiais podem ser afastados. O governador determinou também a aber-

Rafael Ohana/CB/D.A Press - 17/6/11



Policiais Militares em ronda: interrupção do plano foi revogada e, aos poucos, o atendimento nos hospitais e clínicas deve voltar ao normal

tura de inquérito na Polícia Militar e uma investigação na Secretaria de Transparência. "Está caracterizada uma sabotagem. Um coronel teve a ousadia de colocar a família de policiais militares em risco", disse Agnelo.

A decisão do Departamento de Saúde foi cancelada na terça-feira. Aos poucos, as 17 unidades de saúde, entre hospitais e clínicas, retomam o convênio. Três prestadoras procuradas pelo *Correio*, porém, afirmaram que ain-

da não atendem os militares, ativos e inativos, e familiares. Por telefone, as recepcionistas dos hospitais Santa Marta, Maria Auxiliadora e São Francisco disseram que não sabem da revogação. "Ainda está suspenso. Ninguém

nos informou e continuamos sem aceitar. Pelo sistema, está até bloqueado", explicou uma atendente. O comandante-geral da PM garantiu ontem ao governador que a situação será normalizada imediatamente.

Repercussão

O cancelamento deixou 90 mil pessoas desassistidas e provocou grande repercussão na PM, no GDF e na Câmara Legislativa. Durante sessão no plenário na terça, o deputado Chico Vigilante (PT) levantou a suspeita de sabotagem por parte de alguns militares. Segundo o parlamentar, o objetivo seria fragilizar a relação entre o Executivo e a categoria, que atualmente reivindica o aumento do auxílio-moradia, o pagamento do auxílio-inatividade e transporte, além de uma reestruturação do plano de carreira. Desde o ano passado, os policiais fazem operações-tartaruga.

Para o major Gilmar Cavalcante, da Comunicação Social da PMDF, não é possível apontar responsáveis pelo cancelamento do plano de saúde. Ele reconheceu a demora de alguns hospitais e clínicas a atenderem os conveniados. "Agora, o problema é só técnico por parte das empresas conveniadas e tem a burocracia (para retomar o atendimento)", destaca.

Repassa

Todo ano, a União repassa ao GDF cerca de R\$ 47 milhões do Fundo Constitucional para a PMDF. Dessa quantia, 46% são reservados para o convênio de saúde dos policiais e seus dependentes, ou seja, R\$ 21,6 milhões.